

**RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE, ECONOMIA E NATUREZA EM ÂMBITO
REGIONAL: as situações das microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço
-MG**

Alexandre Carvalho de Andrade

Doutorando em Geografia (UNESP/Rio Claro)
andrade.a.c@uol.com.br

Roberto Marques Neto

Prof. Dr. Departamento de Geociências (UFJF)
roberto.marques@ufjf.edu.br

Resumo

Nas mais diversas espacialidades, as práticas de uso do solo podem resultar em situações benéficas ou maléficas para os moradores, a economia e ao meio físico. Portanto, interagir as especificidades destes três condicionantes em um processo de desenvolvimento regional, deve ser visto como fundamental. No decorrer deste artigo serão demonstrados os processos demográficos, econômicos e espaciais que atuam nas microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço, estado de Minas Gerais, no intuito de propor meios para a melhor utilização dos recursos naturais e culturais existentes nestas territorialidades. Nestas microrregiões, que estão localizadas nas proximidades das regiões metropolitanas mais populosas e desenvolvidas economicamente do país, as relações entre os recursos naturais, as práticas produtivas e a sociedade passam por consideráveis transformações nos dias atuais. Para tanto, neste trabalho serão evidenciadas como determinadas atividades econômicas, por fatores endógenos e exógenos, entraram em estagnação e decadência, mas, também, como novos arranjos produtivos vem se estruturando nestas microrregiões. Por fim, no intuito de propor meios para a melhor utilização dos recursos naturais e culturais existentes nestas territorialidades, serão demonstradas algumas ações que se desenvolvem em âmbito regional, e seus potenciais e restrições ao crescimento econômico da microrregião pesquisada.

Palavras-chave: Usos produtivos do território. Desenvolvimento regional. Dinâmicas populacionais. Relações campo – cidade. Qualidade ambiental.

**RELATIONSHIP BETWEEN SOCIETY, ECONOMY AND NATURE IN
REGIONAL CONTEXT: the cases of Andrelândia, Itajubá and São Lourenço
microregions - MG**

Abstract

In most diverse spatialities, practices land use may result in beneficial or harmful situations for residents, the economy and the physical environment. Therefore, the specific interaction of these three conditions in a process of regional development should be seen as fundamental. Throughout this article will be demonstrated demographic, economic and

Recebido em 19/12/2012 / Aprovado para publicação em 28/05/2014.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.6, n.16, p. 105-130, mai. 2014.

spatial working in the regions of Andrelândia, Itajubá and São Lourenço, Minas Gerais state, in order to propose means for better utilization of existing natural and cultural resources territorialities these. In these micro-regions, which are located near metropolitan areas more populated and economically developed country, the relationship between natural resources, productive practices and society undergo considerable changes today. Therefore, this work will be highlighted as certain economic activities by endogenous and exogenous factors, entered into stagnation and decay, but also as new production arrangements has been structuring these microregions. Finally, in order to propose means for better utilization of existing natural and cultural resources in these territories, will be demonstrated some actions that develop regionally, and their potentials and constraints to economic growth in the micro surveyed.

Keywords: Productive uses of the territory. Regional development. Population dynamics. Relations field – city. Environmental quality.

Introdução

A interrelação entre sociedade, natureza e economia em muitos casos resulta em prejuízos diversos às populações, ao meio físico e as atividades produtivas, o que torna o quadro socioambiental amplamente desfavorável. Porém, no decorrer das últimas décadas, através das pesquisas científicas, da estipulação de leis ambientais e das políticas de planejamento local e/ou regional, o cenário passou a ser mais promissor, onde práticas como o uso adequado do solo, a organização espacial e a valorização das culturas e ambientes naturais passaram a ser mais freqüentes, especialmente em regiões onde há atributos potenciais, tais como a posição geográfica, a diversidade dos recursos naturais e culturais, a existência de políticas de desenvolvimento regional, a conservação paisagística e o saber local.

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar a interação entre sociedade, natureza e economia na organização espacial em âmbito regional. Portanto, através da análise das microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço, localizadas na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, será demonstrado, primeiramente, o histórico de ocupação espacial e as suas transformações no ambiente, na circulação, nas atividades econômicas e na distribuição da população nas áreas urbanas e rurais.

Posteriormente, serão elencadas as características do meio físico regional e as suas principais fragilidades e restrições às funções econômicas e socioculturais. Após esta descrição, serão mostrados os aspectos econômicos, demográficos e do uso do solo no meio rural, servindo, assim, para descrever os processos de apogeu e declínio de algumas

atividades produtivas relevantes no cenário regional, assim como as transformações socioambientais advindas destas.

Tendo em vista os condicionantes físicos e as práticas antrópicas, na sequencia das etapas supramencionadas, serão discutidas as inter-relações entre sociedade, natureza e economia na contemporaneidade, e suas implicações na área de estudo. Finalizando, tendo como parâmetro as especificidades e potencialidades regionais, serão elencadas as possibilidades para o desenvolvimento regional e a melhor utilização dos variados recursos existentes tanto nas microrregiões analisadas quanto em alguns municípios específicos.

A área de estudo

As microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço constituem as espacialidades analisadas neste trabalho. Os municípios e a microrregião a qual pertencem serão demonstrados no Quadro 1, que informará também aspectos como a extensão territorial, a população, a densidade demográfica e o índice de urbanização das microrregiões.

Quadro 1 – Listas dos municípios pertencentes à área de estudo

	Micr. de Andrelândia	Micr. de Itajubá	Micr. de São Lourenço
	Aiuruoca	Brazópolis	Alagoa
	Andrelândia	Consolação	Baependi
	Arantina	Cristina	Cambuquira
	Bocaina de Minas	Delfim Moreira	Carmo de Minas
	Bom Jardim de Minas	Dom Viçoso	Caxambu
	Carvalhos	Itajubá	Conceição do Rio Verde
	Cruzília	Maria da Fé	Itamonte
	Liberdade	Marmelópolis	Itanhandu
	Minduri	Paraisópolis	Jesuânia
	Passa Vinte	Piranguçu	Lambari
	São Vicente de Minas	Piranguinho	Olímpio Noronha
	Seritinga	Virgínia	Passa Quatro
	Serranos	Wenceslau Braz	Pouso Alto
			São Lourenço
			S. Sebastião do Rio Verde
			Soledade de Minas
Extensão Territorial	5.037 km ²	2.993 km ²	3.833 km ²
População (2010)	73.871	189.251	208.389
Densidade (2010)	14,7 hab./ km ²	63,2 hab./ km ²	54,4 hab./ km ²
Urbanização (2010)	76,8%	73,7%	82,1%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (2010).

As microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço estão localizadas entre as metrópoles de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que são as de maior população e produção econômica do país. Desta maneira, há significativas influências históricas destes centros nas dinâmicas produtivas, demográficas e socioculturais da área de estudos. Tal situação reflete nos fluxos econômicos regionais, mas também nas dinâmicas migratórias, e mesmo na relação entre os polos emissores e os centros receptores de turistas, fatores estes que interferem no contexto socioambiental regional.

Histórico da ocupação antrópica e das transformações socioespaciais

Na área de estudo, o início do processo de povoamento, além-indígena, ocorreu a partir das últimas décadas do século dezessete, quando foram encontradas pequenas jazidas auríferas em setores da Serra da Mantiqueira mineira (CAVALLINI, 2001). O ciclo da mineração, que apresentou maior magnificência nos séculos dezessete e dezoito, em localidades como São João Del Rey, Congonhas e Ouro Preto, colaborou para o desenvolvimento de atividades de apoio, dentre elas a agropecuária, o comércio e os transportes (RIBEIRO, 1995).

A relativa proximidade geográfica com as áreas mineradoras do Centro-Sul de Minas e com a capital colonial (Rio de Janeiro), e a localização no trajeto que ligavam estas duas espacialidades, propiciaram o surgimento de núcleos de povoamento ao longo da Serra da Mantiqueira e do Planalto do Alto Rio Grande. Em termos étnicos, assim como em outras áreas do sudeste brasileiro, inicialmente os portugueses, os indígenas e os africanos foram fundamentais para o povoamento, sendo a miscigenação destes marcantes para a demografia, as práticas econômicas e a cultura regional (COSTA, 1994; RIBEIRO, 1995). Posteriormente, no decorrer da segunda metade do século dezenove e das primeiras décadas do século vinte, houve significativa afluência de imigrantes italianos, sírio-libaneses e espanhóis para a região estudada.

Ribeiro (1995) destacou a importância do desenvolvimento da agropecuária comercial, direcionada para atender as necessidades das regiões mineradoras. Por consequência, a função de produtora de gêneros alimentícios passou a ser fundamental para a economia e a organização socioespacial de expressiva parcela da população rural do Sul de Minas, pelo menos até o desenvolvimento da cafeicultura, que promoveu transformações efetivas em diversas localidades das microrregiões de Itajubá e de São

Lourenço. Com o declínio da atividade mineradora, progressivamente houve a dispersão populacional na maior parte de Minas Gerais, o que motivou os moradores do meio rural a optarem por atividades econômicas voltadas a auto subsistência e com reduzido retorno financeiro (FURTADO, 1976). Assim, as áreas mais remotas da Serra da Mantiqueira ficaram consideravelmente marginalizadas das sucessivas atividades impulsionadoras do desenvolvimento da economia brasileira, tais como a cafeicultura e/ou a industrialização, enquanto alguns centros urbanos apresentavam certo destaque.

De acordo com Mello Filho e Santos Júnior (2006), na área de estudo apenas o núcleo urbano de Baependi apresentava “alta centralidade” dentro da rede urbana mineira, na segunda metade do século dezenove; outros centros urbanos regionais, como Pouso Alto, Itajubá, Aiuruoca, Paraisópolis e Andrelândia, foram considerados como de “média centralidade” no mesmo período histórico. Todavia, no meio rural já se consolidava uma organização social e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais, com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras”. Cândido (1964), Costa (1994) e Ribeiro (1995) as definiram como coletividades com alto grau de parentesco entre seus membros, de baixa estratificação social, com a produção agropecuária envolvendo os membros da família e voltada a subsistência, a transferência da posse da terra obtida através de heranças, as festividades religiosas e o sistema de mutirão como motivadores das relações sociais entre seus membros, a considerável inércia espacial dos moradores, a relação de simbiose entre homem e natureza na produção do espaço, dentre outras características perceptíveis nas comunidades mais longínquas e isoladas da Serra da Mantiqueira e, em menor escala, do Planalto do Alto Rio Grande.

Com o contínuo processo de evolução dos sistemas produtivos e dos meios de transportes, algumas localidades passaram a diversificar suas atividades econômicas, sejam elas assentadas no meio rural ou nas áreas urbanas. Especialmente a partir da implantação da rede ferroviária, no final do século dezenove, diversos municípios apresentaram significativo desenvolvimento econômico, tais como Itajubá devido aos setores educacional e industrial, São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira motivados pela função turística, Brazópolis, Carmo de Minas, Paraisópolis e Cristina ocasionados pela cafeicultura, Andrelândia, Minduri e São Vicente de Minas pela produção de queijos finos, e Delfim Moreira e Passa Quatro devido à fruticultura.

As constantes transformações espaciais no transcorrer dos últimos três séculos resultaram em recorrentes impactos socioambientais. As incidências de processos erosivos,

perda de fertilidade do solo, desmatamentos, queimadas e a modificação e a contaminação dos recursos hídricos servem de exemplos da inadequada utilização dos recursos naturais em expressivas extensões da Serra da Mantiqueira e do Planalto do Alto Rio Grande. Apesar disto, se comparado às mais diversas regiões do Sudeste brasileiro o quadro socioambiental regional apresenta um cenário mais favorável, havendo consideráveis setores com apreciável conservação do meio físico, especialmente nas áreas mais elevadas e íngremes da Serra da Mantiqueira. (CAVALLINI, 2001; MOUSINHO, 2005).

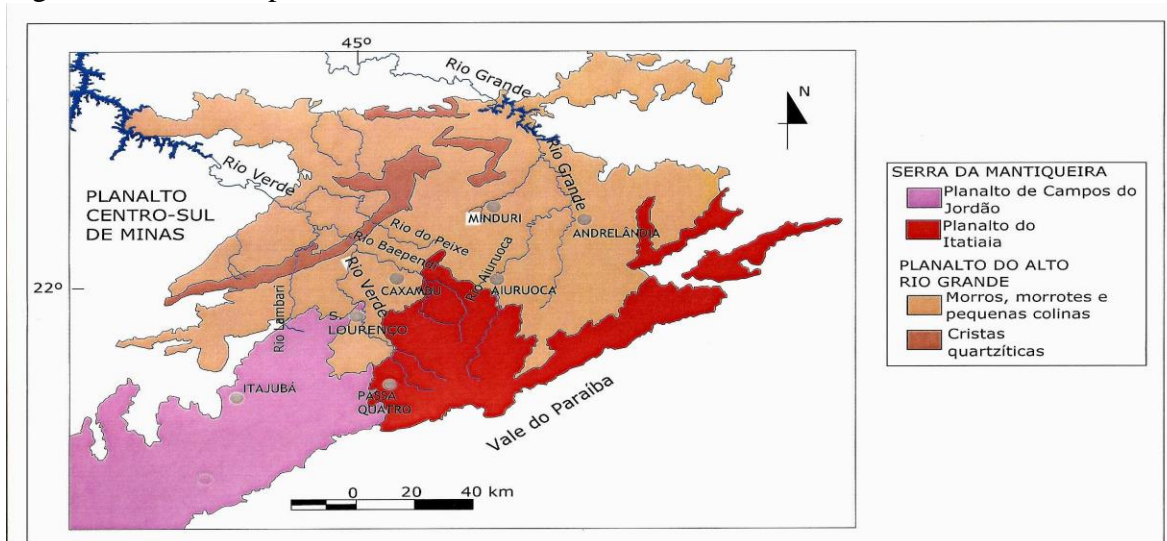
Relações entre a morfogênese e o histórico de exploração antrópica

Exceção feita a áreas onde o trabalho humano tem sido nulo ou bastante restrito ao longo da história, o quadro morfogenético operante em determinado lugar ou região tende a apresentar relações diretas com as sucessivas modalidades de exploração antrópica, muitas vezes guardando vínculo com atividades que não mais partilham das formas de uso do solo atuais, mas cujos efeitos sinérgicos ainda podem ser verificados. Aos sistemas morfoclimáticos atuantes na evolução mecânica e química da paisagem sobrepõem-se o conjunto das ações humanas que delimita o cerne da pesquisa geográfica aplicada, revelando a natureza antideterminista das relações entre homem e natureza e a propriedade do primeiro como agente morfogenético efetivo.

A perspectiva supramencionada se volta para dois macrocompartimentos de expressão regional que são fundamentais para o entendimento e reconstrução da evolução da Plataforma Brasileira: o Planalto do Alto Rio Grande e a Serra da Mantiqueira (Figura 1). O primeiro configura a borda móvel do cráton do São Francisco durante o processo de cratonização da plataforma em tempos neoproterozóicos; o segundo é representativo das faixas remobilizadas no Mesozóico por efeito do rifteamento e fragmentação continental.

A Serra da Mantiqueira em sua porção meridional admite, em macroescala, as seguintes subdivisões: Planalto de Campos do Jordão e Planalto do Itatiaia. Para a região do Planalto do Alto Rio Grande, consideramos três subdivisões regionais elementares conforme a morfologia e os processos operantes: a) compartimento dos morros, pequenas colinas e serras residuais; b) compartimento das cristas monoclinais; c) compartimento das depressões dos grandes rios. (Grande, Sapucaí e Verde)

Figura 1: Macrocompartimentos do relevo da área de estudos



Fonte: Radam Brasil (modificado).

O Planalto de Campos do Jordão se alonga no sentido SW-NE com extremidades na região de Atibaia (SP), pelo setor sul, e em Carmo de Minas (MG) na parte setentrional, estabelecendo limites tectônicos em faixas transcorrentes com o Planalto do Alto Rio Grande.

O Planalto do Itatiaia, por seu turno, pode ser subdividido em um compartimento ocidental com relevo marcado por dissecação diferencial e entalhe variável da drenagem em vales estruturais, escarpas, cristas simétricas de grande extensão e bordas de estruturas circulares, e outro oriental formado por um feixe de cristas de orientação WNW-ESSE com falhamentos perpendiculares profundos desenvolvidos em rochas migmatíticas, charnoquíticas e gnáissicas (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 1983). Modenesi (1992) designa como planalto de Itatiaia apenas a área de morros e encostas abruptas com picos rochosos e setores planos ocupados por várzeas turfosas e à área de afloramento das rochas intrusivas alcalinas, limitado em seu setor norte por um anel externo quase contínuo, com as bordas sudeste e sul definidas pela Pedra do Couto-Prateleiras.

Sobre a Serra da Mantiqueira, o presente estudo se interessa pelos municípios posicionados nos compartimentos interiores, tanto no Planalto de Campos do Jordão como do Itatiaia. Nesses geoambientes, as restrições impostas pelo quadro topográfico desafiador fizeram por orientar a instalação das cidades visando as áreas mais planas, em alguns casos com expansão inexorável para terraços e planícies de inundação, conforme ocorre na urbanização do município de Itamonte pelo vale do rio Capivari, de Itanhandu na

confluência entre os rios Verde e Passa Quatro, de São Lourenço pela planície do rio Verde, de Itajubá pelas áreas alagáveis da várzea do rio Sapucaí, ou de Passa Quatro no vale do rio homônimo, entre outros.

Os reflexos mais imediatos desse padrão consistem na definição de fisionomias comandadas por formações florestais, sobretudo, nas altas encostas, restritivas até para o pastoreio, onde medram destacadamente mosaicos de mata latifoliada estacional semidecidual e mata ombrófila mista. Nesses setores formam-se importantes corredores ecológicos ao longo das linhas de cumeada e que se projetam encosta abaixo, sobretudo nas áreas integralmente protegidas, como o Parque Nacional do Itatiaia e o Parque Estadual Serra do Papagaio, além de extensões no entorno das unidades de conservação. Mesmo com a presença da cobertura vegetal nativa, as altas declividades associadas à densidade de drenagem elevada e entalhamento profundo dos canais fluviais determinam uma elevada fragilidade potencial, registrada de forma recorrente em escorregamentos e queda de blocos que sinalizam para a ocorrência de processos físicos episódicos e de alta magnitude dados pela interação entre o quadro topográfico e tectono-estrutural, as coberturas pedológicas e a biomassa vegetal aportada.

Manifestações não habituais do clima, como elevados índices pluviométricos concentrados em curtos lapsos temporais podem amplificar tais processos, conforme ocorreu durante as fortes chuvas que aguaram as terras altas durante a primeira semana do ano 2000, e que provocaram desestabilização generalizada da estrutura superficial da paisagem materializada em deslizamentos monumentais nas encostas da Mantiqueira, com formação de fortíssimas trombas d'água que provocaram transbordamentos calamitosos nos setores depressionários de rios como o Sapucaí e Verde. A cascata de matéria e energia que se estabeleceu transferiu os impactos de um compartimento para outro, e que se materializam em função de parâmetros biofísicos e humanos assaz definidos: supressão da vegetação com intensificação dos deslizamentos que perseguem naturalmente os planos de fraqueza e transtornos por enchentes por efeito da impermeabilização e ocupação intensiva das áreas de acomodação natural do caudal fluvial nas ocasiões de cheia.

Os degraus intermediários e inferiores da Serra da Mantiqueira nos contrafortes do Planalto do Itatiaia já começam a apresentar o quadro típico de ocupação rural na região, com maior adensamento das atividades rurais nas baixas vertentes junto à drenagem. Por tais setores de encosta a mata nativa dá lugar aos costumeiros roçados, pastagens e algumas pocilgas para criação de animais. A agricultura se intensifica pelos

compartimentos interiores do Planalto de Campos do Jordão, onde o café, copiosamente cultivado em sistema morro abaixo, vem sendo o principal responsável pelo desgaste erosivo dos solos em municípios como Cristina e Carmo de Minas.

Nos compartimentos amorceados e colinosos do Planalto do Alto Rio Grande posicionados regionalmente mais para o interior, a oeste e noroeste da Mantiqueira Meridional, o quadro morfogenético é deveras diferente. Pelos morros convexizados se disseminaram ao longo da História as atividades agropastoris, que foram tanto mais intensas à medida que se padroniza uma topografia colinosa, marcada por topos suavizados de área mais expressiva, apresentando o relevo maior aptidão à mecanização.

A partir de Cruzília em direção a norte, para Minduri, Carrancas, São Vicente de Minas e Andrelândia, tipificam-se as formas mais suavizadas da área em apreço, viciosamente destinadas à pecuária leiteira que ganhou assim forte tradição no estado. Estas áreas são de ocupação mais antiga, já sendo aproveitadas agricolamente de forma intensiva desde o século dezoito, fazendo por provocar impressionante depauperação das coberturas pedológicas, com erosões laminares severas extensivas e voçorocas de variados tamanhos e graus de estabilização, equitativamente distribuídas pelos municípios citados. A expansão de tal quadro é verificada além do rio Grande, estando condicionada preferencialmente a áreas de ocupação de longo tempo, como Ouro Preto, Mariana, Andrelândia, São João Del Rey, Lavras e Barbacena.

Em Minduri, Carrancas e Luminárias levantam-se as cristas quartzíticas, que voltam a reaparecer em São Thomé das Letras, município a partir do qual parte em orientação preferencial NE-SW até Lambari. Nas vertentes que se projetam íngremes para norte, leste e sudeste, contrária ao mergulho das camadas metassedimentares, ocorre mata de encosta em corredores premiados pelos altos declives que dificultam projetos exploratórios e confere à grande parte destes compartimentos a condição de área de preservação permanente. Nas vertentes oeste – dos campos – tem destaque a extração de quartzito em São Thomé das Letras, que gera impactos de alta magnitude, além de pontos menores em Luminárias e Conceição do Rio Verde. Como a especialização exacerbada do município de São Thomé das Letras não estimulou empreitadas agropecuárias, as manifestações erosivas diminuem consideravelmente em relação com o fronteiro município de Cruzília, no qual uma série de propriedades apresentam seus solos fortemente atacados por inclemente erosão laminar.

Em síntese, os terrenos da Mantiqueira e dos morros e altos estruturais do Planalto do Alto Rio Grande constituem, numa perspectiva regional, domínios de erosão, ou as áreas emissoras de matéria e energia designadas por Rodriguez (1994), sendo que a geometria do relevo e os pulsos diferenciais de soergimento crustal, associados ao trabalho humano sobre o solo é que são os principais elementos definidores do quadro descrito. Nos ambientes depressionários predominam processos deposicionais correlativos ao desgaste erosivo dos compartimentos de montante mencionados.

Cada um desses geoambientes apresenta processos prevalentes que definem uma morfogênese, onde condicionantes naturais e causas antrópicas se interdigitam na definição da estrutura do complexo paisagístico. Influenciam o uso do solo em seus domínios e estabelecem conexão das mais estreitas nas transações de massa e energia que repercutem em respostas morfológicas diversas intervenientes na organização das atividades humanas no espaço geográfico. Os diferentes quadros ambientais que são verificados sob status de cenário atual funcionam como fortes indicadores das potencialidades de uso e ocupação, bem como das fragilidades intrínsecas que impõem as restrições garantidoras da consonância entre a exploração territorial e os processos físicos e ecológicos.

Aspectos econômicos e demográficos regionais

As microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço constituem espacialidades com notórias peculiaridades demográficas e econômicas. Ao mesmo tempo em que diversos municípios já apresentaram, em passados recente, consideráveis destaques devido à especialização e a produtividade em um determinado setor econômico, como são os casos da fruticultura em Delfim Moreira e Marmelópolis, a bataticultura em Maria da Fé e a produção de queijos finos em Andrelândia, Minduri e São Vicente de Minas, atualmente estes referidos municípios estão dentre os que apresentam maior precariedade socioeconômica de toda a Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas.

Em contrapartida, as condições naturais, locacionais e socioculturais regionais podem vir a colaborar para a reversão deste processo, através da articulação e interação entre atividades econômicas propícias às características da área de estudo. Necessariamente a melhor utilização dos recursos naturais contribuirá para o maior desenvolvimento socioeconômico regional, assim como colaborará para a conservação ambiental e a fixação da população na área de estudo.

No conjunto, as três microrregiões são, dentre todas da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, as que apresentam os maiores percentuais de moradores abaixo da linha da pobreza, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA 1 – Percentual de moradores abaixo da linha da pobreza nas microrregiões de Andrelândia Itajubá e São Lourenço, e em outras unidades espaciais selecionadas

Unidade Espacial	Percentual da população abaixo da linha da pobreza*.
Microrregião de Andrelândia	39,15
Microrregião de Itajubá	28,65
Microrregião de São Lourenço	26,05
Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas	20,38
Minas Gerais	29,77
Brasil	32,88

Fonte: FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

* População com rendimento inferior a meio salário mínimo per capita por mês.

A partir das informações da tabela 1, é possível verificar a precariedade da microrregião de Andrelândia se comparada às demais unidades espaciais analisadas. Porém, se analisarmos a situação dos municípios, a microrregião de Itajubá apresenta um quadro de precariedade um tanto similar, já que o contingente demográfico do município pólo, que corresponde a 46,3% do total, “camufla” a situação. Excetuando a população do referido município, o percentual da população abaixo da linha da pobreza é de 36,80% na microrregião de Itajubá, índice este, assim como de Andrelândia, superior à das demais unidades espaciais analisadas.

São recorrentes, nas microrregiões brasileiras, os “centros regionais” apresentarem melhores indicadores de qualidade de vida que os municípios de sua área de influência, em especial no que tange aos rendimentos. Esta situação se reflete nos contextos das microrregiões de Itajubá, São Lourenço e de todas as demais da macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, excetuando a de Andrelândia, que apresenta um índice de pobreza consideravelmente superior ao contexto regional e estadual, fato que se repete também no município de Andrelândia.

Na tabela 2 serão demonstrados os quinze municípios com maiores percentuais da população abaixo da linha da pobreza, dentre todos os 155 da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas. Além deste índice, serão apontadas as taxas de urbanização das localidades e a microrregião em que estão inseridas.

TABELA 2 – Municípios com maior percentual de população abaixo da linha da pobreza na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas

Municípios	% da população abaixo da linha da pobreza.	Taxa de Urbanização	Microrregião
Serranos	52,88	77,0%	Andrelândia
Marmelópolis	47,74	44,4%	Itajubá
Virgínia	47,68	38,7%	Itajubá
Consolação	43,87	50,0%	Itajubá
Delfim Moreira	43,59	33,3%	Itajubá
Carvalhos	42,84	53,4%	Andrelândia
Dom Viçoso	42,66	31,1%	Itajubá
Alagoa	41,63	35,8%	S. Lourenço
Liberdade	41,38	67,2%	Andrelândia
Maria da Fé	41,21	53,5%	Itajubá
Andrelândia	40,82	77,6%	Andrelândia
Aiuruoca	40,76	46,7%	Andrelândia
Bom Jardim de Minas	40,30	85,6%	Andrelândia
Cristina	40,08	53,1%	Itajubá
Seritinga	39,69	80,5%	Andrelândia

Fonte: FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Todos os municípios com as maiores taxas de pobreza da macrorregião do Sul de Minas estão localizadas na área de estudo, especialmente nas microrregiões de Andrelândia e de Itajubá, com sete cada uma. É notável a maior urbanização dos municípios situados no Planalto Alto Rio Grande, como Serranos, Bom Jardim de Minas e Seritinga, se comparados aos localizados na Serra da Mantiqueira, como Alagoa, Delfim Moreira e Marmelópolis.

Há uma correlação entre o pequeno contingente populacional, a importância da agropecuária para a economia local e a alta taxa de pobreza dentre os municípios da área de estudos (FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003). Devido a isto, é necessário compreender tais relações no contexto regional.

As particularidades do setor primário e da organização socioespacial do meio rural são consideráveis entre as microrregiões analisadas, conforme demonstra a tabela 3. Os condicionantes do meio físico, a estrutura fundiária, o modo de produção e os aspectos locais são fatores relevantes no maior ou menor dinamismo do setor primário, o que resulta em condições socioeconômicas diferenciadas.

TABELA 3 – Tamanho médio das propriedades rurais, densidade de trabalhadores no setor primário e mecanização no Sul de Minas e em microrregiões selecionadas

Unidades Espaciais	Tamanho médio das propriedades rurais (hectare).	Média de trabalhadores do setor primário por propriedade (% familiares do dono).	Índice de mecanização em relação ao total de propriedades.
Micr. Andrelândia	64,9	2,45 (70,3)	0,126
Micr. Itajubá	41,8	2,32 (78,2)	0,059
Micr. São Lourenço	51,7	3,37 (54,1)	0,104
M. P. Sul de Minas	40,5	3,95 (49,6)	0,207

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Tendo como parâmetro os dados da tabela 3, fica evidente o papel da agricultura familiar para as microrregiões analisadas, especialmente na de Itajubá. É nesta microrregião, também, que estão às propriedades com menores extensões territoriais e os mais baixos índices de mecanização dentre as analisadas, sendo significativamente menores que das demais microrregiões e, de forma ainda mais evidente, se comparada à Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas. A topografia acidentada contribui para a baixa mecanização do processo produtivo, da mesma forma que ocorre nas regiões fronteiriças dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, situadas na Serra da Mantiqueira (IBGE, 2006).

Comparadas com a situação da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, os índices de mecanização das três microrregiões são relativamente baixos. Tal situação se deve, em partes, ao relevo notoriamente mais movimentado da Serra da Mantiqueira, onde se encontram setores das microrregiões analisadas, mas, também, devido ao menor desenvolvimento do setor primário em diversos municípios, onde a mão de obra familiar assume papel de notória importância para a produção econômica, praticada muitas vezes em propriedades de pequena extensão e com condições físicas inaptas, o que resulta em baixa produtividade e na ocorrência de impactos socioambientais variados. Na tabela 4 será demonstrada a média da produtividade econômica anual das propriedades rurais, agrupadas no conjunto das microrregiões analisadas.

TABELA 4 – Média da produtividade econômica anual das propriedades rurais de unidades espaciais selecionadas

Unidades Espaciais	Média da Produtividade Econômica anual das propriedades rurais, em reais (2006).
Microrregião de Andrelândia	17.536,52
Microrregião de Itajubá	16.256,74
Microrregião de São Lourenço	65.057,49
Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas	43.841,54

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

É inquestionável a diferença da média de produtividade econômica anual, entre as propriedades da microrregião de São Lourenço e as de Andrelândia e de Itajubá. A significativa diversificação do setor primário pode ser creditada como de fundamental importância, especialmente se for levar em conta as relativas semelhanças do meio físico e do posicionamento geográfico da microrregião de São Lourenço em relação às outras duas. A cafeicultura, a produção de laticínios, a avicultura e o cultivo mecanizado de cereais podem ser apontadas como as mais importantes para a geração de recursos econômicos nesta referida microrregião.

A interação entre o setor primário e os demais na composição da economia da microrregião de São Lourenço deve ser mencionada. Para ilustrar esta condição, cinco situações merecem destaques:

1 – A importância histórica da atividade turística no Circuito das Águas, que motivou a produção local de artigos como queijos, doces e bebidas, em escala industrial, desde os primórdios do século vinte;

2 – A cafeicultura apresenta significativa importância para a economia de diversos municípios, dentre eles Cambuquira, Carmo de Minas, Conceição do Rio Verde e Lambari, sendo frequente a participação dos produtores em cooperativas e a realização de eventos empresariais e técnicos ligados ao setor;

3 – A avicultura, especialmente nos municípios de Itanhandu e Passa Quatro, apresenta alta produtividade e tecnificação, fatores estes que resultam em significativo acúmulo de capital, mesmo se apropriando de pequenas extensões de terra;

4 – O desenvolvimento da pecuária e a implantação de indústrias alimentícias, nas proximidades da microrregião, favoreceram a produção de cereais, majoritariamente o milho, em larga escala e com a adoção de técnicas modernas;

5 – A produção de excedentes voltados à comercialização, para os mercados nacional e global, incentiva a inovação e a progressiva adoção de métodos modernos para a produção, a exemplos dos cafés orgânicos e dos doces dietéticos produzidos na região.

Mesmo com a produtividade média significativamente superior, na microrregião de São Lourenço também se encontram áreas com relativo atraso tecnológico do setor primário, especialmente nos setores mais isolados no contexto da Serra da Mantiqueira, nos municípios de Alagoa, Baependi e Itamonte. Nestas, a utilização de técnicas rudimentares, a produção familiar voltada à subsistência e a conseqüente baixa rentabilidade financeira, podem ser verificadas, conforme descreveu Cavallini (2001).

No caso específico da microrregião de Andrelândia, a pecuária leiteira sempre foi a base econômica, sendo a região reconhecida durante décadas pela produção de queijos finos ou especiais, atividade esta introduzida e administrada por imigrantes dinamarqueses no início do século vinte, conforme atestaram Dulci (2002); Rezende (2004) e Chalita *et al* (2009). A compra dos laticínios especializados na fabricação destes queijos, tais como Campo Lindo, Luna e Skandia, por uma multinacional francesa (Bongrain), em meados da década de oitenta, levou ao fechamento de várias unidades produtivas e a centralização da produção em uma unidade da empresa em São Vicente de Minas, porém voltada a produção em larga escala, especialmente de queijos com qualidade e preços inferiores (REZENDE, 2004).

Historicamente, havia inter-relações culturais, econômicas e locais entre os produtores de queijos finos, especialmente através de laços de nacionalidade, e deles com a rede de fornecedores de leite na microrregião de Andrelândia. Motivada pela relação de cooperação entre produtores rurais e as indústrias, até a década de oitenta a pecuária leiteira apresentava considerável dinamismo. A produtividade da microrregião, na referida década, era 2,4 vezes superior a média nacional e 2,11 vezes acima da estadual, sendo a maior de todo o estado de Minas Gerais, principal produtor nacional de leite. Porém, na década de noventa, houve progressivo decréscimo no volume da produção e também na produtividade, sendo a única microrregião de Minas Gerais a apresentar tal situação. Assim, outras áreas apresentaram maior desenvolvimento no setor, fazendo com que diversas microrregiões a superassem em produtividade, a exemplos de Passos, Lavras, Varginha e Alfenas no Sul de Minas, e de Bom Despacho, Sete Lagoas e Três Marias, situadas em outras macrorregiões do estado. É importante salientar que, a exceção de Passos e Lavras,

todas as demais microrregiões apresentavam, na década de noventa, produtividade inferior a de Andrelândia na década de oitenta (GALINARI et al, 2002).

Recentemente, a Bongrain passou a utilizar as marcas Skandia e Campo Lindo, já reconhecidas no mercado nacional de queijos finos, para reativar e incentivar esta produção na unidade de São Vicente de Minas. É fundamental mencionar que, além da descrita situação, há outras empresas de capital local ou nacional estabelecidas na microrregião, tais como a Cruziliense em Cruzília, a DaMatta em Aiuruoca, a Boa Nata em Minduri e a São Vicente em São Vicente de Minas, que produzem queijos finos e especiais em significativas quantidades, o que pode vir a contribuir para o maior dinamismo da cadeia produtiva tradicional em toda a microrregião. Outra atividade em expansão na descrita área, especialmente nos municípios de Cruzília, Minduri e São Vicente de Minas, é a criação de cavalos de raça, que, de certa maneira, apresenta inter-relações históricas com a pecuária leiteira nestas localidades.

A situação da microrregião de Itajubá apresenta alguma semelhança com a de Andrelândia, especialmente no que tange a decadência de atividades econômicas que, em tempos pretéritos, a área foi referência em âmbito nacional quanto ao volume e a produtividade.

A fruticultura nos municípios de Delfim Moreira e Marmelópolis ilustra bem esta situação. No período entre as décadas de dez e setenta do século vinte, estas localidades eram referências na produção de frutas de clima temperado, como ameixa, figo, pêra, maçã, pêssego e, especialmente, o marmelo. Ao contrário da situação descrita na microrregião de Andrelândia, a produção industrial era realizada por empresas de capitais externos a região, tais como a Cica, a Matarazzo, a Peixe e a Colombo; de capital local havia a “Produtores”, criada e administrada por agricultores do município de Delfim Moreira. A concorrência com doces e polpas importadas, a crise das empresas e a queda da produtividade dos pomares são os fatores creditados como responsáveis pela decadência da atividade (FARIA, 2004; ALVES, 2005). Com o decréscimo econômico veio o processo de despovoamento, resultado da significativa emigração, que fez com que o município de Delfim Moreira apresentasse, em 2010, menos de 80% do número de habitantes do ano de 1970 (IBGE: Censos Demográficos).

A bataticultura em Maria da Fé também apresentou notória importância direta para a economia local, e indireta para os municípios vizinhos, especialmente Itajubá, situada a vinte quilômetros. Considerada a maior produtora nacional, ao longo das décadas de

setenta e oitenta, a atividade econômica entrou em declínio devido a fatores externos, como a concorrência de outras regiões produtoras, mas, especialmente, por questões internas, tais como a comercialização *in natura*, a falta de planejamento econômico dos produtores e, também, a considerável degradação do solo e a contaminação dos recursos hídricos (FARIA, 2004).

No meio rural da microrregião de Itajubá, atualmente predominam pequenas propriedades, que utilizam de mão de obra familiar e interagem as produções voltadas à subsistência com os excedentes destinados a comercialização. Merecem destaques, dentre os produtos comercializáveis, a banana, o leite, o café, o arroz e as hortaliças e legumes nas áreas de menor altitude, e a piscicultura de trutas e o cultivo de batatas e de frutas nos setores mais elevadas, porém, nestes casos, com exceção da truticultura, em quantidade muito inferior aos períodos áureos destas produções.

É importante ressaltar o papel das atividades industriais em Itajubá e, em menor escala em Paraisópolis, para a economia regional, e, conseqüentemente, na geração de empregos para moradores das próprias cidades e localidades vizinhas, que contam com sistemas de transportes oferecidos pelas próprias empresas. Esta situação contribui para a fixação do morador em seu município, que realiza a migração pendular para o local de trabalho.

Refletindo, em parte, a maior produtividade econômica do setor primário, os indicadores de qualidade de vida dos moradores da microrregião de São Lourenço são mais favoráveis que das outras duas analisadas, conforme pode ser visualizado na tabela 5, que demonstra as condições das microrregiões quanto a distribuição dos municípios com situações mais e menos favoráveis que a média sul mineira, de acordo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

TABELA 5 – Distribuição dos municípios por Índice de Desenvolvimento Humano, em unidades espaciais selecionadas

Unidades espaciais	IDH igual/menor que 0,783 (% do total)	IDH igual/maior que 0,784 (% do total)	IDH Médio
Micr. Andrelândia	13 (100)	0 (0)	0,740
Micr. Itajubá	12 (92,3)	1 (7,7)	0,774
Micr. São Lourenço	11 (68,7)	5 (31,3)	0,784
M. P. Sul de Minas	123 (79,4)	32 (20,6)	0,784

Fonte: FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

A totalidade dos municípios da microrregião de Andrelândia apresenta IDH inferior à média da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, constituindo o menor índice dentre todas as pertencentes à macrorregião. A microrregião de Itajubá também possui IDH menor que a média regional, porém superior que aos índices de Minas Gerais e do Brasil, respectivamente 0,773 e 0,765; contudo, mais uma vez o papel do município de Itajubá no contexto demográfico foi determinante, sendo o único da microrregião com média superior a macrorregional.

Com IDH semelhante ao da Macrorregião de Planejamento, a microrregião de São Lourenço possui quase um terço de seus municípios com índices superiores a média sul mineira, constituindo um cenário mais favorável que as de Andrelândia e de Itajubá. Portanto, de uma maneira geral a melhor qualidade de vida, assim como a maior produtividade e diversificação econômica, é mais notória nos municípios mais populosos e com maior urbanização, como Itajubá, São Lourenço e Caxambu, fato este recorrentes nas mais diversas regiões brasileiras e também na realidade da área de estudo (FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003).

Autores como Malassis (1973), Oliven (1982), Graham e Holanda Filho (1984), Martine (1993), Ribeiro (1995), Valim (1996), Baeninger (1998; 2003), Matos (2003), dentre diversos outros, já demonstraram as motivações do êxodo rural dentro do território brasileiro. Fatores como a ínfima produtividade das atividades agropecuárias voltadas à subsistência, os baixos rendimentos financeiros, a concentração e/ou a extrema subdivisão das propriedades rurais, a ineficiência dos serviços públicos no meio rural, a mecanização da produção e o conseqüente excedente de mão de obra, a dificuldade de ascensão social, o esgotamento das condições naturais do solo, e até mesmo a crença que a vida na cidade é de maior fartura e prestígio social, levaram diversos brasileiros a abandonar o meio rural e emigrar para os centros urbanos, o que também ocorreu no contexto estudado.

Nas três microrregiões, a situação não foi diferente de Minas Gerais e do Brasil, havendo notória transferência de população rural para as cidades, neste caso não apenas às das próprias microrregiões, mas também para outras do estado e do país. O pequeno potencial de retenção dos municípios pouco populosos, aliado a atração de migrantes dos centros urbanos mais industrializados, inclusive os externos ao Sul de Minas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São José dos Campos, Campinas, Volta Redonda e Juiz de Fora, fizeram com que diversas localidades da área de estudo apresentassem estagnação, ou até mesmo decréscimo populacional, ao longo das últimas

décadas, a exemplos de Andrelândia, Minduri, Delfim Moreira, Virgínia, Piranguçu e Alagoa (IBGE: Censos Demográficos).

Augusto & Brito (2006) apontaram as microrregiões de Andrelândia e de Itajubá como às únicas, de toda a Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, em que houve saldo migratório negativo no período entre 1996 e 2000. No caso Itajubense, tal quadro ocorreu devido à troca populacional com outras regiões do estado, já que o saldo foi positivo quanto à migração interestadual. Já na microrregião de Andrelândia houve déficit na troca populacional tanto em âmbito intraestadual quanto interestadual. Em contrapartida, na microrregião de São Lourenço o saldo foi positivo em ambos os casos, durante o período histórico descrito.

Na tabela 6 será demonstrada a evolução da população nas três microrregiões e na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, e a sua distribuição espacial no decorrer do período entre 1970 e 2010.

Tabela 6 – Evolução da população, entre 1970 e 2010, em unidades espaciais selecionadas

Microrregiões/ Macrorregião	1970 População Total Urbana/Rural	1980 População Total Urbana/Rural	1991 População Total Urbana/Rural	2000 População Total Urbana/Rural	2010 População Total Urbana/Rural
Andrelândia	71.992 29.505/42.487	77.508 41.413/36.095	70.783 46.002/24.781	73.549 54.659/18.890	73.871 56.801/17.070
Itajubá	140.615 71.460/69.155	144.411 88.047/56.364	164.325 111.212/53.113	181.267 127.612/53.655	189.251 139.565/49.686
São Lourenço	143.909 83.785/60.124	151.436 101.066/50.370	171.609 127.048/44.561	195.247 154.226/41.021	208.389 171.107/37.282

Fonte: IBGE: Censos Demográficos.

Dentre as microrregiões analisadas, a de Andrelândia é que apresenta menor crescimento na população total e o maior decréscimo da população rural. Podemos creditar a isto, o perfil pecuarista regional, a maior mecanização da agricultura, a extensão territorial das propriedades, mas, também, o descrito processo de decadência de sua atividade econômica principal e a relativa precariedade das condições de vida de seus moradores. Apesar disso, os municípios da microrregião de Itajubá, que também apresentam notória precariedade das condições de vida de seus habitantes, em comparação ao contexto sul mineiro, apresentaram um menor decréscimo da população rural no período entre 1970 e 2010; fatores ligados a agropecuária regional, como a participação dos membros da família na produção, a baixa mecanização e o perfil policultor podem ser as causas, assim como a migração pendular diária em direção a Itajubá. Em posição

intermediária entre as duas situações, a microrregião de São Lourenço apresentou significativo decréscimo da população rural, porém compensada pelo maior crescimento urbano dentre as analisadas; aspectos ligados ao perfil rural, mas também ao certo dinamismo das atividades turísticas, comerciais e de prestação de serviços nas cidades, são fatores que resultaram nesta situação.

O decréscimo da população rural não apenas pode ser visto como resultado de uma decadência econômica, mas, por outro lado, também, como consequência do próprio processo de automatização e modernização da produção do setor primário e/ou do maior dinamismo das atividades ligadas aos setores secundários e terciários. Além disto, o progresso das atividades agropecuárias pode levar a uma melhor utilização dos recursos naturais, com técnicas mais apropriadas e rentáveis para as características naturais, demográficas e econômicas regionais.

A produção do espaço e o contexto socioambiental

A partir das últimas décadas, houve um contínuo processo de valorização dos recursos naturais como alicerce a uma boa qualidade de vida e, também, como sustentáculo para o desenvolvimento econômico. Além das leis de proteção ao meio natural, que restringem o uso do solo em áreas de fragilidade e/ou de importância ecológica, uma parcela da população e das empresas começou a desenvolver novas condutas frente ao meio em que vive, seja pela tomada de consciência e/ou por receio da fiscalização e da autuação pelos órgãos responsáveis.

No contexto das microrregiões analisadas, o processo histórico de produção econômico gerou inúmeros impactos ambientais, tais como erosões, queimadas, introdução de espécies exóticas, contaminação e degradação dos recursos hídricos e do solo, desmatamentos, dentre inúmeros outros, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. Tendo em vista a fragilidade ambiental de significativa extensão da área de estudo, em diversos casos a inter-relação entre sociedade, economia e natureza foi prejudicial aos três, o que impossibilita a obtenção de melhores retornos financeiros, a conservação ou a adequada utilização dos recursos naturais e, por consequência, o avanço das condições socioambientais dos moradores.

Todavia, a partir das últimas décadas a situação passou, em alguns casos, a tomar um novo direcionamento, onde a recuperação de áreas preteritamente degradadas e a

conservação de fragmentos de vegetação nativa ou em processo de regeneração passaram a ocorrer com maior intensidade. A própria redução da população rural contribuiu para esta situação, pois há áreas anteriormente utilizadas pela agropecuária, na maioria das vezes pouco produtiva, que foram abandonadas e/ou receberam novos usos, mais favoráveis que os anteriores, sejam em termos econômicos e/ou pelas condições ambientais.

Neste cenário, a atuação de centros de pesquisas, universidades, órgãos ambientais, organizações não governamentais, conselhos e associações de moradores, empresas privadas, administrações públicas municipais, dentre outros atores sociais, teve relevante importância no processo de transformação que incide nas três microrregiões. De uma maneira geral, as principais ações podem ser elencadas em quatro grupos, que são:

1 – Implantação e expansão de unidades de conservação, públicas e privadas, e a formulação de projetos ambientais de âmbito regional, como o “Mosaico Mantiqueira”, o “Corredor Ecológico da Mantiqueira” e os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas;

2 – Recuperação de áreas degradadas por erosões e desmatamentos pretéritos, nestes casos através de iniciativas dos proprietários rurais, de órgãos públicos ligados à agropecuária e/ou ao meio ambiente, ou através da interação de ambos;

3 – Diversificação das atividades econômicas no setor primário, com a inserção de novas práticas, tais como a olivicultura, a piscicultura de trutas e a apicultura. Mas, também, com a aplicação de novas técnicas de produção e comercialização, como a consorciação de culturas, a agro-industrialização, o cultivo orgânico e a formação de associações e cooperativas;

4 – O desenvolvimento do turismo no meio rural, que de certa forma contribuiu para o maior interesse pela conservação dos recursos naturais, muitas vezes utilizados como atrativos por empresas, municípios e circuitos e rotas turísticas.

Apesar de estas ações possibilitarem melhorias das condições socioambientais regionais, algumas considerações devem ser realizadas, especialmente no que tange a atividade turística, recorrentemente aclamada pelos mais diversos atores sociais como conservacionista e impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico regional.

Historicamente, em propostas de planejamento regional o turismo foi apontado como uma atividade que pode colaborar para o desenvolvimento das atividades produtivas, sobretudo em áreas de baixo dinamismo econômico, onde existem recursos propícios para a visitação. Servem de exemplos o TVA – *Tennessy Valley Authority*, nos Estados Unidos,

em 1933, o *Plan Nacional d' Aménagement du Territoire*, na França, em 1950, a *Cassa per il Mezzogiorno*, na Itália, também em 1950; e o *Plan de Estabilización*, na Espanha, em 1959, (PUJADAS E FONT, 1999). Porém, tal atividade necessita de severos cuidados no seu processo de organização territorial e de interação com o meio físico e as coletividades locais, do contrário prejudica ao invés de beneficiar uma dada região.

Os prejuízos socioambientais decorrentes da atividade turística, em municípios da Serra da Mantiqueira, já foram analisados por Mendes Júnior (1991), Costa (1994), Andrade (2003), Gonçalves (2003), Alves (2005), dentre outros. Os mais recorrentes, dentre estes impactos, são a marginalização das populações locais, a especulação imobiliária, o encarecimento do custo de vida, a descaracterização cultural, a proliferação de construções em áreas com restrições do meio físico, o desmatamento, o aumento do volume de resíduos sólido, a artificialização das paisagens e os discrepantes interesses entre moradores e investidores.

São nas áreas mais remotas da Serra da Mantiqueira e, em menor intensidade do Planalto do Alto Rio Grande, onde coexiste a significativa conservação ambiental com a certa precariedade das condições socioeconômicas dos moradores, que as pressões decorrentes da atividade turística são mais intensas, em alguns casos gerando conflitos consideráveis com as comunidades locais e, até mesmo, com unidades de conservação. Exemplo desta situação ocorre no processo de delimitação do Parque Estadual do Papagaio, onde migrantes são proprietários de residências secundárias e de estabelecimentos turísticos no entorno, e tentam incessantemente impedir a efetiva instalação da unidade de conservação, alegando estarem sendo prejudicados com os valores pagos pelas desapropriações, mas que são significativamente maiores que os custos para obtenção destas terras junto aos antigos moradores, em um passado recente. Em contrapartida, existem migrantes envolvidos de forma efetiva para colaborar na melhoria das condições socioambientais regionais, seja através de pesquisas e difusões do conhecimento e/ou da adoção de atitudes conservacionistas, como a implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural, o uso de práticas econômicas aptas as condições regionais e mesmo do estabelecimento de métodos mais coerentes de desenvolvimento turístico.

Com as significativas transformações que vem ocorrendo nas microrregiões analisadas, as condições socioambientais regionais podem sofrer sensíveis melhoras. Porém, é fundamental relatar que medidas estruturais devem ser tomadas, para que, assim, realmente haja a melhor interação entre a sociedade, os recursos naturais e a produção

econômica. Dentre estas ações, obrigatoriamente, devem constar, a capacitação dos produtores rurais, a realização de parcerias entre os diversos atores sociais, o planejamento e o ordenamento espacial das atividades produtivas, a implantação e a estruturação de associações, conselhos e cooperativas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação dos setores de maior fragilidade ambiental, o estímulo a integração entre atividades econômicas complementares, e a difusão de novas técnicas e usos do solo mais propícios às características regionais.

Considerações finais

Mesmo situada entre os três principais centros econômicos do território brasileiro (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e com uma considerável importância histórica no processo de desenvolvimento econômico estadual e nacional, as três microrregiões analisadas apresentam, na atualidade, áreas com relativas precariedades socioambientais, majoritariamente nas localidades pouco populosas e eminentemente rurais assentadas na Serra da Mantiqueira. Apesar desta situação, existem inúmeras potencialidades para as melhorias das condições socioambientais regionais.

O processo histórico de ocupação, aliado a decadência de atividades tradicionais e a utilização de técnicas e de atividades produtivas inaptas às características regionais, levou a um processo de considerável deterioração dos recursos naturais, a prejuízos econômicos e a relativa precarização da qualidade de vida dos moradores de diversos municípios, especialmente os situados nas microrregiões de Andrelândia e de Itajubá, justamente onde estes processos ocorreram com maior intensidade. Por outro lado, na microrregião de São Lourenço a situação é um pouco mais favorável em âmbito socioeconômico, mas, mesmo assim, há sensíveis desigualdades intra-regionais, onde coexistem quadros mais e menos satisfatórios.

É notória a necessidade de diversificação das atividades econômicas em um determinado espaço geográfico. No caso das espacialidades aqui discutidas, os ambientes naturais, a cultura local, a estruturação fundiária, a localização geográfica e a existência de um considerável sistema logístico de transportes, a valorização de produtos tradicionais da região, e as potencialidades paisagísticas, emergem como atributos amplamente favoráveis para uma retomada do desenvolvimento socioeconômico regional.

O melhor aproveitamento destas potencialidades ocorrerá na medida em que conciliar ações realizadas em âmbito local, pelas próprias municipalidades, com ações em nível regional. Evidentemente que existem particularidades e potencialidades restritas a um município e, no máximo, seu entorno imediato, como ocorrem, por exemplo, com a atividade turística, pela dependência da existência de recursos para o seu desenvolvimento, com a fruticultura de clima temperado, devido às características naturais, ou mesmo com a produção de queijos finos, ocasionada pelo “saber fazer” das populações locais. Apesar disto, a formulação de políticas de desenvolvimento regional pode ser interessante para as atividades econômicas complementares, como ocorre historicamente na microrregião de São Lourenço, através da inter-relação entre a agropecuária, as indústrias alimentícias e o turismo.

Priorizar o desenvolvimento econômico em um setor produtivo, como ocorre atualmente com a cafeicultura e a avicultura, ambas em municípios da microrregião de São Lourenço, é uma alternativa arriscada, pois a oscilação dos preços e do custo da produção, atrelados a fatores internos, podem ocasionar a decadência das atividades e as suas viabilidades econômicas, tal como ocorreu, por exemplo, com a bataticultura em Maria da Fé. O mesmo se pode dizer da atividade turística, que mesmo havendo potenciais para o desenvolvimento local e/ou regional, também deve estar integrada com outras atividades econômicas, minimizando assim a sazonalidade dos empregos e da geração de renda típica desta prática econômica.

É complexo prever as transformações futuras que virão a ocorrer nas três microrregiões, de forma genérica ou particularizada. Mas, de certa maneira, há motivos para acreditar em melhorias das condições socioambientais dos moradores, especialmente devido às ações nos campos econômicos, culturais e ambientais que já vem ocorrendo.

Se em tempos passados a emigração era o destino almejado por inúmeros moradores do meio rural e das cidades pouco populosas, atualmente uma gama de possibilidades pode permitir a satisfação de suas necessidades em seu próprio espaço vivido, basta para isto haver uma melhor definição, integração e articulação das estratégias para o desenvolvimento, sejam elas locais e/ou regionais. Contudo, em espacialidades onde coexistem potenciais e restrições significativas, como são os casos das microrregiões analisadas, a harmoniosa inter-relação entre os moradores, o meio físico e a produção econômica tem de ser prioridade nas políticas públicas municipais, estaduais ou federais, do contrário, a possibilidade de êxito destas estratégias será consideravelmente restrita.

Referências

- ALVES, H.F.I. **Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)**. Santa Maria: UFSM, 2005. 212 p.
- ANDRADE, A.C. **Análise da evolução do turismo em Gonçalves, Minas Gerais**. 111 f. Monografia (Especialização em Geografia do Turismo). UNESP, Rio Claro, 2003.
- AUGUSTO, H.A; BRITO, F.R.A. Migrações em Minas Gerais: tendências recentes a partir da análise de suas microrregiões. In: Décimo segundo seminário sobre a Economia Mineira. **Anais...** Diamantina: Cedeplar, 2006, p. 1 - 14.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v.15, n.2, p. 67 - 81, 1998.
- _____. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C.A; GALVÃO, A.C. (org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. p. 271 - 288.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239 p.
- CAVALLINI, M.M. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação da biodiversidade na região sul mineira: contribuição para o desenvolvimento rural sustentável**. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências). UFSCAR, São Carlos, 2001.
- CHALITA, M.A.N; et al. Algumas considerações sobre a fragilidade das concepções de qualidade no mercado de queijos no Brasil. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39 n.6, p. 77 - 88, 2009.
- COSTA, J.P.O. **Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural**. São Paulo: Edusp, 1994. 250 p.
- DULCI, O.S. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.50, p. 1 - 26, 2002.
- FARIA, I.M. Efervescência e decadência de atividades agrícolas: a questão ambiental como causa da decadência e como saída para a retomada do desenvolvimento. In: Segundo encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas). **Anais...** Campinas/Indaiatuba: Unicamp, 2004, p. 1 - 20.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976. 248 p.
- GALINARI, R; et al. Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais. In: Décimo seminário sobre a Economia Mineira. **Anais...** Diamantina: Cedeplar, 2002, p. 1 - 20.

GONÇALVES, Y.K. **Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira-MG.** 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). UNICAMP, Campinas, 2003.

GRAHAM, D; HOLLANDA FILHO, S.B. **Migrações internas no Brasil: 1872 – 1970.** São Paulo: IPE/USP, 1984. 129 p.

MALASSIS, L. Educação e desenvolvimento rural. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (org). **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973. p. 99 - 115.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento; o cenário global e nacional. In: MARTINE, G. (org). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** Campinas: UNICAMP, 1993. p. 21 - 41.

MATOS, R.E.S. Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C.A; GALVÃO, A.C. (org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. p. 229 - 270.

MELLO FILHO, M.S.B; SANTOS JÚNIOR, J.M. População e Geografia Econômica: A conformação da população no espaço em Minas Gerais, no século XIX. In: Décimo Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: Abep, 2006. p. 1 - 20.

MENDES JÚNIOR, L.O; et al. **Relatório Mantiqueira.** São Paulo: Fedapam, 1991. 54 p.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Projeto RADAMBRASIL,** Folha SF-23 Vitória/Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

MODENESI, M.C. Depósitos de vertente e evolução quaternária do Planalto do Itatiaia. **Revista do Instituto Geológico,** São Paulo, v. 3, n. 1, p. 31-46, 1992.

MOUSINHO, M.G. **Diagnóstico sócio-econômico do corredor ecológico da Mantiqueira.** Belo Horizonte: Valor Natural, 2005. 58 p.

OLIVEN, R.G. **Urbanização e mudança social no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1982. 136 p.

PUJADAS, R.; FONT, J. **Ordenación y planificación territorial.** Madrid: Síntesis, 1999. 399 p.

REZENDE, D.C. **Estratégias na coordenação e qualidade na cadeia dos queijos finos.** 187 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura). UFRRJ, Seropédica, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

RODRIGUEZ, J.M.M. Planejamento ambiental como campo de ação da Geografia. In: Oitavo Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994. p. 582 - 594.

VALIM, A. **Migrações - da perda da terra à exclusão social.** São Paulo: Atual, 1996.